

O CONCEITO DE NATUREZA EM MARX: ELEMENTOS PARA PENSAR O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Priscila Mayara Pinho Vieira¹
Ana Leticia de Souza Lima²

RESUMO

Objetiva-se analisar de que forma as categorias natureza e trabalho podem ser utilizadas como fundamentos para se pensar o trabalho docente, sobretudo na educação infantil, primeira etapa da educação básica. Dentre os questionamentos destaca-se: como o professor se insere no processo de trabalho e transformação da natureza, à luz da teoria marxista? Para tal, utilizaremos a obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, de 1844. O artigo divide-se em duas partes: na primeira, apresenta-se a leitura marxiana das categorias Natureza e Trabalho, bem como sua relação com o trabalho docente; na segunda, realiza-se uma análise acerca do conceito de estranhamento aplicado ao professor da educação infantil, à luz da teoria crítica.

Palavras-chave: Natureza; Trabalho; Estranhamento; docência.

EL CONCEPTO DE NATURALEZA EN MARX: ELEMENTOS PARA LA REFLEXIÓN SOBRE LA ENSEÑANZA EN EDUCACIÓN INFANTIL

RESUMEN

El objetivo es analizar cómo las categorías naturaleza y trabajo pueden ser utilizadas como fundamentos para pensar el trabajo docente, especialmente en la educación infantil, primera etapa de la educación básica. Entre las interrogantes se destaca ¿cómo se inserta el docente en el proceso de trabajo y transformación de la naturaleza, a la luz de la teoría marxista? Para ello utilizaremos los *Manuscritos Filosóficos Económicos*, ¿trabajo? El artículo se divide en dos partes: en la primera se presenta la lectura marxista de las categorías Naturaleza y Trabajo y su relación con el trabajo docente; en el segundo, se realiza un análisis sobre el concepto de extrañamiento aplicado al profesorado de educación infantil, a la luz de la teoría crítica.

Palabras clave: Naturaleza; Trabajar; Alejamiento; Enseñanza.

INTRODUÇÃO

O professor Manoel Fernandes de Sousa Neto, no texto “A aula”, descreve, de maneira espirituosa, as perspectivas e características de uma boa aula. Para ele,

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Rede Municipal de Caucaia — CE. E-mail: prof.priscilamay@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9100-9118>.

² Graduada em pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da Rede Municipal de Caucaia - Ce. E-mail: souzaletucia@gmail.com

a aula deve ser “um ato de amor, uma dança, um orgasmo múltiplo, um gozo ensurdecedor, uma festa, um ato político, uma manifestação de indignação contra as injustiças” (Sousa Neto, 2001, p. 06) Afirma ainda que a luta “para ser professor é homérica, como na *Ilíada*. Às vezes, uma luta com palavras, como na *Ilíada*” (Sousa Neto, 2001, p. 06).

As palavras do professor, embora poéticas, deixam de considerar diversos aspectos objetivos da aula e de outros processos que a envolvem. À medida que se configura-se como um trabalho assalariado e abstrato, ou seja, é destinado à produção de mercadorias e inserido em um contexto sócio-histórico sob determinadas condições materiais, a atividade professoral apresenta suas especificidades próprias. Diferentemente dos primórdios da humanidade, quando o trabalho estava voltado às necessidades primárias, como a busca por alimento, o trabalho do professor é determinado por uma prática inserida em uma forma de organização pautada pela estrutura das relações sociais.

Na educação infantil, primeira etapa da educação básica, o modelo de aula tal como nós conhecemos não se aplica. Essa etapa não tem a finalidade de preparar as crianças para os próximos níveis da educação, como sugere o imaginário social. A atividade docente na educação infantil está associada a práticas que oportunizem o contato com uma diversidade de experiências, garantindo os direitos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Considerando que a natureza é condição necessária para a objetivação do trabalho e dos seres humanos, e que mantém uma ligação direta com as atividades desenvolvidas pelo professor da educação infantil, os próximos capítulos trarão elementos para analisarmos de que forma tais categorias podem ser utilizadas como fundamentos para pensar o trabalho docente, à luz da teoria marxista.

NATUREZA, TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO DOCENTE

A natureza não está isolada nos escritos de Karl Marx e possui uma determinação ontológica. Ela é condição necessária para a objetivação do trabalho e dos seres humanos, ou seja, naturaliza o ser social. Para Marx, a atividade humana sobre a natureza tem como pressuposto “a natureza em si”, sendo o trabalho uma atividade orientada para uma finalidade. A vida física e mental do homem está

interconectada com a natureza; isso não significa outra coisa senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (Marx, 2004, p. 84).

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (Marx, 1971b, p. 202).

O ser humano, assim como todos os seres vivos, especialmente os animais, estabelece relações com a natureza para assegurar sua própria sobrevivência, desenvolvendo modos específicos de interação capazes de produzir transformações significativas, culminando no surgimento da consciência. A partir desse agir consciente, compreende-se como uma atividade inicialmente natural converte-se em atividade social: o trabalho.

Ao longo da história, ao interagirem com a natureza, isto é, por meio do trabalho, os seres humanos foram capazes de se distanciar das de suas determinações naturais, criando, ao mesmo tempo, um novo “mundo”, com novas relações sociais e novas necessidades. Esse processo evidencia o afastamento das barreiras naturais com o progressivo fortalecimento das leis sociais, despojando os indivíduos cada vez mais, de suas determinações biológicas (Lukács, 2013).

Ao produzir sua própria existência, adaptando-a às necessidades, o ser humano transforma a natureza, ao mesmo tempo que transforma sua própria essência, suas relações e, sobretudo, a sociedade em que vive.

A concepção marxiana da relação entre trabalho e natureza tem sua base nos escritos de Marx, sobretudo na obra *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, de 1844. Conforme o autor, o ser humano garante a manutenção de sua vida ao produzi-la por meio do trabalho. Essa relação, portanto, é indissociável e necessária. Afirma, ainda, que “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível.” (Marx, 2004, p. 81).

Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por

outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo. Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador (Marx, 2004, p. 81).

Pode-se afirmar, portanto, que não é possível qualquer produção humana, qualquer efetivação do trabalho, sem a presença da natureza ou mesmo sem o seu uso. “Ela [natureza] é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (Marx, 2004, p. 81).

Quando o homem efetivo, corpóreo, com os pés bem firmes sobre a terra, aspirando e expirando suas forças naturais, assenta suas forças essenciais objetivas e efetivas como objetos estranhos mediante sua exteriorização (Entäusserung), este [ato de] assentar não é o sujeito; é a subjetividade de forças essenciais objetivas, cuja ação, por isso, tem também que ser objetiva. O ser objetivo atua objetivamente e não atuaria objetivamente se o objetivo (Gegenständliche) não estivesse posto em sua determinação essencial. Ele cria, assenta apenas objetos, porque ele é assentado mediante esses objetos, porque é, desde a origem, natureza (weil es von Haus Natur ist). No ato de assentar não baixa, pois, de sua “pura atividade” a um criar do objeto, mas sim seu produto objetivo apenas confirma sua atividade objetiva, sua atividade enquanto atividade de um ser natural objetivo (Marx, 2010, p. 126-127).

Para Marx, a atividade humana sobre a natureza, tem como pressuposto “a natureza em si”, sendo o trabalho uma atividade orientada para uma finalidade. A vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza (MARX, 2004, p.84).

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potências nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (Marx, 1971b, p. 202)

Por meio do trabalho, os seres humanos respondem às suas demandas imediatas e, ao mesmo tempo, criam novas necessidades, o que demanda a

elaboração de novas ferramentas, instrumentos e procedimentos, além do desenvolvimento da linguagem e da comunicação para se relacionarem. Assim, o trabalho assume o papel de provedor de necessidades culturais e não só biológicas.

Esse duplo caráter do trabalho ora movido por necessidades e demandas imediatas indispensáveis à produção da existência humana, ora relacionado à subjetividade do homem e às suas transformações, é expresso por Marx e Engels, onde concebem a duplicidade do trabalho concreto e trabalho abstrato.

Chagas (2011) demonstra cabalmente a compreensão aprofundada acerca das dimensões positiva e negativa do trabalho, ressaltando a distinção e a íntima inter-relação de entre trabalho útil-concreto (positivo), que produz valor de uso (produto utilizável), vital para a produção e reprodução humana, e trabalho abstrato, ou “trabalho morto”, contido nas mercadorias.

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (Marx, 1985, p. 149-50).

Assim como Marx, Engels também concebia o trabalho como fundamento ontológico. Para ele, o ser humano distingue-se dos demais animais ao passar por uma transformação estrutural de sua mão em certo momento histórico e, a partir disso, percorre um longo processo até alcançar o uso consciente do gesto, e a intencionalidade da ação, que caracteriza o trabalho. Essa forma de agir torna-se cada vez mais coletiva e articulada entre os indivíduos, demandando a linguagem e abrindo o caminho para o desenvolvimento humano tanto na natureza quanto no mundo social que o próprio homem constrói.

Toda riqueza provém do trabalho, asseguram os economistas. E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais que isso: é o fundamento da vida humana. Podemos até afirmar que, sob determinado aspecto, o trabalho criou o próprio homem (Engels, 1986, p. 19).

Infere-se, portanto, que o desenvolvimento humano desenrolou-se a partir do surgimento do trabalho e da transformação da natureza, condição necessária para a objetivação do trabalho e dos seres humanos. Quando transforma a natureza, o ser

humano também se objetiva nessa transformação, e “essa atividade humana objetivada nos produtos e fenômenos culturais passa a ser ela também objeto de apropriação, isto é, o ser humano deve se apropriar daquilo que ele mesmo criou.” (Duarte, 2013, p. 27).

Até aqui, foram apresentadas algumas ideias acerca do trabalho como produção e desenvolvimento humano. Considerando que o ser humano é produto das suas condições históricas e, ao mesmo tempo, produtor da sua própria história, é relevante refletir sobre o conceito de estranhamento aplicado ao professor da educação infantil, à luz da teoria crítica, e sobre como ele se insere nesse processo.

O CONCEITO DE ESTRANHAMENTO APLICADO AO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996), é definida como a primeira etapa da educação básica, destinada ao desenvolvimento integral da criança pequena, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Nesse contexto, o professor da Educação Infantil possui algumas especificidades quanto ao seu papel, cuja perspectiva está ancorada nos atos de cuidar e educar. Tal binômio é legitimado por meio de leis e documentos oficiais da educação infantil no Brasil, tais como o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) e a própria LDB.

Tendo em vista as especificidades do exercício docente, que exigem não somente capacidades intelectuais, mas também físicas, esse trabalhador está inserido em condições laborais que demandam dispêndio humano produtivo de “cérebro, músculos, nervos, mãos etc.” (Marx, 2013, p. 168). Trata-se de um trabalho situado em uma dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Sendo assim, o professor dispõe de sua força física, ao atender às necessidades básicas da criança (pôr no braço, colocar para dormir, alimentar, higienizar etc.), e de sua força mental, ao planejar, registrar frequência, acompanhar o desenvolvimento individual, orientar. O professor da Educação Infantil desenvolve atividades que se aplicam à natureza e, por meio de seus meios, ferramentas e

instrumentos, ou seja, dos recursos utilizados no seu cotidiano com bebês e crianças pequenas, também transforma a natureza.

A partir de tal compreensão, pode-se afirmar que os professores da Educação Infantil estão diretamente envolvidos em uma rotina desgastante e enfadonha, o que caracteriza uma atividade estranhada; ou seja, o trabalho torna-se externo a esses trabalhadores. Discordamos da ideia de que o trabalho professoral seja “não manual e essencialmente intelectual” e que “os professores, especialmente os do primário e secundário, são, do ponto de vista econômico, os proletários das profissões liberais” (Mills, 1979, p. 147). Como afirma Marx:

isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruina o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (Fremdheit) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistam coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. (Marx, 2004, pp. 82-83).

Desse modo, diante de uma realidade permeada por diversos fatores que impõem desgastes físicos e emocionais, os docentes não concebem de maneira prazerosa os “produtos do seu trabalho”, quais sejam a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças. Esses trabalhadores realizam sua atividade laboral sobretudo, como meio de sobrevivência e de manutenção de sua vida material.

O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa (...), em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobres de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.) (Marx, 2010, p. 82).

A proletarização do trabalho docente está ligada à formação de uma superpopulação relativa, pertencente à dinâmica de produção do capital. Isso significa que, mesmo quando se trata de um trabalho associado à esfera do pensamento, da ideação e do planejamento, ele não deixa de depender da natureza, uma vez que a

atividade intelectual humana não ocorre de forma sobrenatural ou ideal. Pelo contrário, a ação de pensar, não está apartada da esfera da natureza. Para Marx, “Ela [natureza] é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual o trabalho é ativo, e a partir da qual e por meio da qual o trabalho produz” (Marx, 2004, p. 81).

Conforme a definição exposta por Engels (Marx; Engels, 2000, p. 63), na nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto Comunista*: “Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para viver”.

Na área educacional, sobretudo por meio da prática docente, ocorre igualmente um esforço físico e mental; mas, ao contrário de muitas outras formas de ação humana, seu objeto é de difícil determinação.

A IDEALIZAÇÃO DO PROFESSORADO COMO FERRAMENTA DE ALIENAÇÃO DA MÃO DE OBRA DOCENTE

O conceito de alienação, de acordo com Marx (2010), manifesta-se na relação do trabalhador consigo mesmo, com o produto de seu trabalho e com os outros, quando essa relação é negativamente afetada pela lógica capitalista de distanciamento entre quem produz e aquilo que produz. No entanto, é possível repensar elementos da prática docente na Educação Infantil à luz dessa máxima quando a colocamos na perspectiva da alienação da produção, remontando, assim, à teoria do estranhamento.

Na Educação Infantil, como supracitado, a atividade laboral é concebida como consequência indireta do objetivo principal: educar. Concomitantemente, as crianças que, em teoria, são seres completos e usufruidores complexos da educação, deixam de ocupar esse espaço na perspectiva das elites, passando a ser tratadas mas como “produtos” em preparação para futuras avaliações. Dessa forma, ao elucidarmos essa hipótese a partir de Marx (2010), nota-se que não apenas o trabalhador perde seu posto na produção, mas também aquele que, supostamente, deveria consumir seu produto educativo.

Ainda que, como previsto em lei e assegurado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC, p.38), os campos de experiências proporcionados na Educação Infantil sejam voltados ao desenvolvimento de habilidades por meios de práticas

lúdicas, os esforços físicos e intelectuais envolvidos na preparação dessas atividades, dificilmente são considerados quando a literatura trata de o “trabalho” como algo aquilo que requer um produto final tangível.

Esse modo de compreender a Educação Infantil acaba por depositar sobre o corpo docente uma máxima adoecedora que pressupõe esforço contínuo, e incondicional e naturalizado, sobrecarregando o trabalhador e, conseqüentemente, contribuindo para o estranhamento do trabalho educacional.

A alienação presente no trabalho docente, para além de obscurecer o produto resultante do esforço empregado nas atividades pedagógicas, reforça o distanciamento do trabalhador em relação ao ofício que ele ocupa, quando este é colocado em uma posição idealizada. À medida que a ludicidade se torna em uma camuflagem do verdadeiro esforço laboral envolvido na atividade docente, o professor se encontra cada vez mais distante do objeto da educação e o trabalho deixa de fazer parte de si; tornando-se um fardo a ser carregado, cujo alívio só se manifesta em sua ausência. Assim, o trabalho, enquanto expressão humana, torna-se estranho ao sujeito, e o sujeito, por sua vez, encontra-se alienado:

A atividade humana diz respeito tanto à vida pessoal como à vida da espécie; neste sentido, o homem se estranha com ele individualmente e com os demais; consoante esta relação, o trabalho alienado embrutece o homem na sua vida genérica, levando-o a uma espécie de volta às condições animais. (Oliveira, 2019 p. 49)

Essa teoria, aplicada também aos trabalhadores da Educação Infantil, evidencia que tal estranhamento (Marx, 2013) não permanece restrito ao âmbito laboral: ele destitui o professor do pertencimento próprio do seu ofício estende-se à vida natural e social do ser humano, que passa a sentir-se livre apenas quando se distancia do trabalho que, agora, lhe é estranho:

Assim, chega-se à conclusão de que o homem (...) só se sente livremente ativo nas suas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal torna-se humano e o humano, animal (Marx *apud* Oliveira, 2001, p. 114).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu concluir que, considerando que toda produção humana estabelece uma relação com a natureza, o trabalho do professor da Educação Infantil possui sua produção e reprodução vinculadas à relação entre o capital e o trabalho, inerente ao modo de produção capitalista. Diante da perversidade desse sistema, que se impõe à classe trabalhadora, não têm sido garantidas aos docentes condições dignas de trabalho, pois recai sobre eles uma rotina exaustiva de esforços físicos e mentais, o que resulta em processos de desgaste e mortificação.

Espera-se que este estudo incentive novas pesquisas e contribua para análises teóricas futuras. É fato que a classe docente só pode produzir material e intelectualmente por meio da natureza e das condições que ela proporcionar. Por isso, defende-se aqui uma perspectiva de formação humana livre, justa e plenamente reconhecadora do trabalho desses profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 02 dez 2025

CHAGAS, Eduardo F. A crítica da política em Marx. In: Trabalho, Filosofia e Educação no Espectro da Modernidade Tardia. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

CHAGAS, Eduardo F. Diferença entre alienação e estranhamento nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), de Karl Marx. Revista Educação e Filosofia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, v. 8, n.º 16, p. 23-33, junho/dezembro de 1994.

CHAGAS, Eduardo F. O Método Dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. Síntese – Revista de Filosofia. Belo Horizonte, v. 38, nº 120, p. 55-70, 2011.

CHAGAS, Eduardo F. A natureza dúplice do trabalho em Marx: Trabalho útil-concreto e trabalho abstrato. Revista Outubro, nº. 19, p. 61-80, 2011.

CHAGAS, Eduardo F. Religião: O homem como imagem de Deus ou Deus como imagem do homem. In: Formação Humana: Liberdade e Historicidade. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

FERREIRA JÚNIOR, A.; BITTAR, M. **Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985)**. São Paulo: Pulsar, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Salário, Preço e Lucro**. Tradução: Eduardo Saló. Bauru: Edipro, 2004.

MARX, Karl. **Manifesto comunista**. Org. de Osvaldo Coggiola. 4a reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2005.

MILLS, C. W. A Nova Classe Média, São Paulo: Zahar Editores, 1979.

OLIVEIRA, Gleidimar Alves de. **As Faces da Alienação em Karl Marx**: da vida produtiva à vida genérica [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

SOUSA NETO, M. A aula. Geografares, n. 2, 2001.